

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA

O Município de BARROQUINHA, através da SECRETÁRIA DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, consoante autorização da Sra. ALICE SOUZA VERAS, vem abrir o presente processo administrativo para LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SEBASTIANA MARTINS PINHO, S/N, CENTRO, BARROQUINHA-CE, DESTINADO A SEDE DO CONSELHO TUTELAR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Como é sabido e pacificado e tem como regra geral, a adoção de procedimento administrativo para qualquer contratação pública, estando inclusive preconizado na carta magna de 1988, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos disciplinou que o procedimento para locação de imóveis, deverá sempre ser precedido de procedimento licitatório, conforme visualizamos: "Art. 51. Ressalvado o disposto no inciso V do **caput** do art. 74 desta Lei, a locação de imóveis deverá ser precedida de licitação e avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários".

No entanto, a Lei 14.133/21, deixou claro, situações em que é possível a contratação direta, via procedimento de inexigibilidade, conforme vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

(...)

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do **caput** deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de BARROQUINHA, atendendo à demanda da SECRETARIA TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com a LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SEBASTIANA MARTINS PINHO, S/N, CENTRO, BARROQUINHA-CE, DESTINADO A SEDE DO CONSELHO TUTELAR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA, de forma que possibilite ao atendimento, com fulcro no art. 74, inciso V da Lei n.º 14.133/2021, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

DA JUSTIFICATIVA DA SINGULARIDADE DO IMÓVEL

A presente singularidade da locação de imóvel se configura, pelo fato do imóvel apresentar características únicas e indispensáveis para atender às necessidades específicas do locatário, tornando inviável a realização de licitação para a escolha do imóvel. Essa inviabilidade se apresenta, sobretudo pela localização e características físicas do imóvel, incluindo espaços adequados a demanda.

DA INEXISTÊNCIA DE IMÓVEIS PÚBLICOS DISPONÍVEIS QUE ATENDAM A DEMANDA

A administração Municipal de Barroquinha, não possui imóveis disponíveis que atendam as especificações e ao interesse da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, para a sede do Conselho Tutelar.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

A escolha da(s) proposta(s) de preços, se faz com fulcro em laudo de avaliação imobiliária elaborada pelo setor competente desta urbe, sob o qual demonstra que se encontra compatível com a realidade mercadológica do município.

É oportuno destacar que os preços, são compatíveis com a realidade local, do mercado imobiliário. Sendo constatado o seguinte preço: **Valor Mensal** de R\$: 600,00 (seiscentos reais) com **Valor Global** de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), com imóvel em posse do proprietário, o Sr. ADRIANO MOREIRA FERNANDES, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

BARROQUINHA - CE, 02 de Julho de 2024.



ALICE SOUZA VERAS
SECRETÁRIA DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E DIREITOS HUMANOS